

A CRIMINALIDADE NO CAMPO AVANÇA: MÉTODOS DE COMBATE E PREVENÇÃO

THE CRIME ADVANCES IN THE COUNTRYSIDE: METHODS OF COMBAT AND PREVENTION

SILVA, Weuller Maciel Ferreira da ¹
SILVA, Thiago Henrique Costa²

RESUMO

Formatado: Fonte: 12 pt

O aumento da violência e da criminalidade no Brasil tornou-se evidente nos últimos anos, basta buscar dados recentes e o aumento dos índices poderão ser comprovados. Acerca disto, este trabalho tem como finalidade buscar dados consistentes que comprovem o avanço da criminalidade no campo brasileiro, pois o número de delitos cometidos no meio rural tem conseguido grande destaque. A criminalidade age com facilidade no meio rural devido à falta de fiscalização, ferramentas e estratégias policiais. Após a coleta de dados sobre o avanço da criminalidade, averiguando quais os tipos de delitos existem no meio rural, o trabalho buscará soluções para o combate e a prevenção dos problemas encontrado, apresentando quais são os novos métodos, ferramentas e tecnologias que buscam frear e prevenir o avanço da criminalidade no campo brasileiro. Conseguiremos ver também que a criminalidade existente no campo não é somente o roubo, furto e assassinato, somando também os crimes de narcotráfico rural, disputa de terras, trabalho escravo, entre outros. Deste modo, este estudo se mostra de suma importância pois demonstra que a atenção e estratégias policiais devem ser as mesmas que as estratégias traçadas nas grandes cidades, de forma a garantir o bem-estar e a segurança de todo e qualquer cidadão, independente do meio em que estão localizados.

Palavras-chave: Violência Rural. Criminalidade no campo. Estratégias de combate ao crime. Prevenção criminal.

ABSTRACT

The increase in violence and crime in Brazil has become evident in recent years. This article aims to find data that prove the advance of crime in the Brazilian countryside, since the number of crimes committed in a rural area has reached the spotlight. Crime acts with ease in rural areas due to lack of police oversight, tools and strategies. After collecting data on the progress of crime, investigating the types of crime in the rural area, the work will seek solutions to the problem and the prevention of problems encountered, the generation of new methods, tools and technologies that seek to stop and prevent the advance of crime in the Brazilian countryside. We will also see that the crime in the countryside is not only robbery and murder, but also the crimes of rural drug trafficking, land disputes, slave labor, among others. Therefore, this study is extremely important because it demonstrates that police attention and strategies must be the same as the strategies established in large cities, in order to guarantee the well-being and safety of every citizen, regardless of the environment in which they are located.

¹ Aluno do Curso de Curso de Formação de Praças do Comando da Academia da Polícia Militar, weuller_maciel@hotmail.com, Anápolis – GO, junho de 2018.

² Professor orientador: Mestre de Direito e professor do Programa de Pós-Graduação do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás - CAPM, thiagocostasilva.jur@gmail.com, Anápolis – Go, junho de 2018.

Keywords: Rural violence. Criminality in the countryside. Strategies for combating crime. Criminal prevention.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, o ambiente rural sempre foi visto como um lugar calmo e tranquilo. Sendo assim várias famílias que vivem na zona urbana das grandes cidades buscam refúgio e lazer em chácaras e sítios, em oposição ao caos das grandes cidades.

Nos últimos anos vemos que a situação real da vida no campo no Brasil mudou e alterou significativamente a vida dos moradores das zonas rurais. O campo começou a atrair a criminalidade, antes existente com maior força no ambiente urbano, devido ao fato de conter peculiaridades que começaram a chamar a atenção dos criminosos pela a facilidade de cometer crimes no meio rural. A vida pacata, as máquinas de grande porte, a produção de gado, os bens de consumo e a facilidade de acesso às unidades rurais, fizeram com que criminosos comesçassem a buscar cada vez mais o ambiente rural (FARIAS, 2016).

Por outro lado, para Maniglia (2005, p. 02) “o meio rural, nunca apresentou a passividade que foi por tempo induzida pelas classes oligárquicas, numa maquiagem que ambicionava a sublimação de um povo oprimido”, onde desde o Império brasileiro vários movimentos históricos de luta e libertação reivindicam direitos e justiça aos residentes e trabalhadores rurais. Isto demonstra que a atenção contra a violência e a criminalidade no campo não deve ser pensada somente sobre os crimes de roubo e assassinato, pois os problemas são históricos e abrange uma quantidade significativa de infrações.

Para Porto-Gonçalves (2017, p. 76), “o caso da questão agrária, os conflitos por terra têm sido cada vez em maior número, o que mostra a centralidade teórico-política da questão territorial”. O autor ainda afirma que nos últimos 30 anos o agronegócio, através da monocultura, reafirma o impasse da questão agrária e do latifúndio no país, sendo este um problema que se estende desde as primeiras plantações de açúcar no Brasil durante o século XVI. Os conflitos rurais derivados do uso e da apropriação da água também se tornaram mais comum, sendo este um fator agravante, pois os casos de restrição da água a quem tem maior capital levanta dados desde acumulação desequilibrada dos recursos hídricos à casos de desterritorialização violenta das comunidades obrigando o deslocamento das mesmas (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.77).

Para Gonçalves (2004) o desejado modo de vida rural, antes pacato, tornou-se passado, pois além das novas tecnologias modernas, com o sumento de maquinas e equipamentos modernos, o campo ganhou a mídia através da crescente violência em seu meio, antes atribuido

somente às grandes cidades. Além dos constantes problemas agrários, com as invasões de terra, o meio rural também sofre com o avanço da criminalidade acerca das propriedades que beneficiam o agronegócio, visto que o roubo atinge os tratores, colhedoras, implementos, etc.

Para o autor o combate o problema aumenta no campo aumenta devido as grandes distancias entre as unidades rurais, devido à falta de estrutura e programas específicos para que as autoridades possam controlar e amenizar os problemas no campo. Devido à falta de fiscalização e transparência nas ocorrências rurais, a dificuldade em obter e somar os dados e a falta de apoio aos moradores rurais, a criminalidade tem avançado cada vez mais. A insegurança fizeram com que a vida tranquila fosse substituída pelo medo e assim os moradores tiveram que mudar seus hábitos diários em prol da segurança coletiva familiar (GONÇALVES, 2004).

Frente a estes problemas, o trabalho busca realizar um apanhado de informações teóricas e dados consistentes acerca do avanço da criminalidade no campo no país e as formas de prevenção e combate para que a redução do mesmo seja eficaz. Fez-se necessário investigar e discutir quais são os tipos de conflitos existentes no meio rural, desde roubos e furtos à homicídios e outros crimes ligados à questões agrárias, que têm aumentado significativamente nos últimos anos no Brasil. Posteriormente, será investigado os métodos, alternativas e as novas tecnologias que tem apoiado a Polícia Militar no combate e prevenção ao crime rural no país.

O método dedutivo, em uma abordagem qualitativa (LAKATOS e MARCONI, 2003), guiou a pesquisa, que teve como metodologia a pesquisa bibliográfica (SEVERINO, 2007, p.122), além da análise indireta de dados (GIL, 2002), em que se buscou evidenciar os índices que comprovam tanto o aumento da criminalidade e da violência na zona rural brasileira, quanto as novas atividades estratégicas e programas policiais que os confrontam e os combatem

Posteriormente serão expostos a realização do levantamento dos estudos estratégicos da polícia militar e o acompanhamento das novas atividades de patrulhamento que atuam no país para defender os camponeses em áreas rurais e prevenir as ocorrências criminais.

Deste modo, o trabalho será dividido em três etapas: - revisão da literatura e, metodologia, e resultados e as discussões e por fim, a conclusão. Assim, o artigo buscará os problemas existentes no ambiente rural brasileiro e posteriormente a identificação das novas formas de combate e prevenção que o país vem adotando para frear a criminalidade e a violência no campo, assunto de grande relevância para a polícia militar de Goiás, que deve adotar estratégias para promover a segurança da população do meio rural, que compreende grande parte do território do estado..

Este trabalho torna-se de suma importância para a corporação militar goiana pois identifica os vazios que devem ser preenchidos pela ação da Polícia Militar, além de investigar

quais os tipos de crimes e delitos cometidos no meio rural facilitando o trabalho diário policial. Posteriormente, as novas ferramentas catalogadas poderão ser utilizadas pela polícia a fim de devolver a tranquilidade ao campo e a segurança aos moradores, fatos que anteriormente sempre fizeram parte do dia-a-dia rural.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Diretamente ligada à criminalidade, a palavra “violência” vem do latim “*violentia*”, ou “*vis*”, que designa o uso da força física e o emprego do uso da força vital corpórea. Além disso, o conceito para estabelecer um ato como crime foi constituído através de uma construção social no desenvolver da sociedade.

O crime varia apenas em suas formas e punições, dependendo dos valores de cada sociedade, de seu grau de tolerância ou aceitação para com determinados atos. Por isso, o crime não deixa de existir, mas somente muda a forma com que se apresenta, e tem menores ocorrências e manifestações diversas de acordo com o grau de coesão social. A transgressão é um fenômeno presente onde há regras e se manifesta em todas as sociedades, independentemente de seu nível de “desenvolvimento”; logo a ocorrência do crime não estaria relacionada às condições econômicas (SILVA, 2011, p. 91).

Por sua vez, a violência pode ser classificada em vários aspectos:

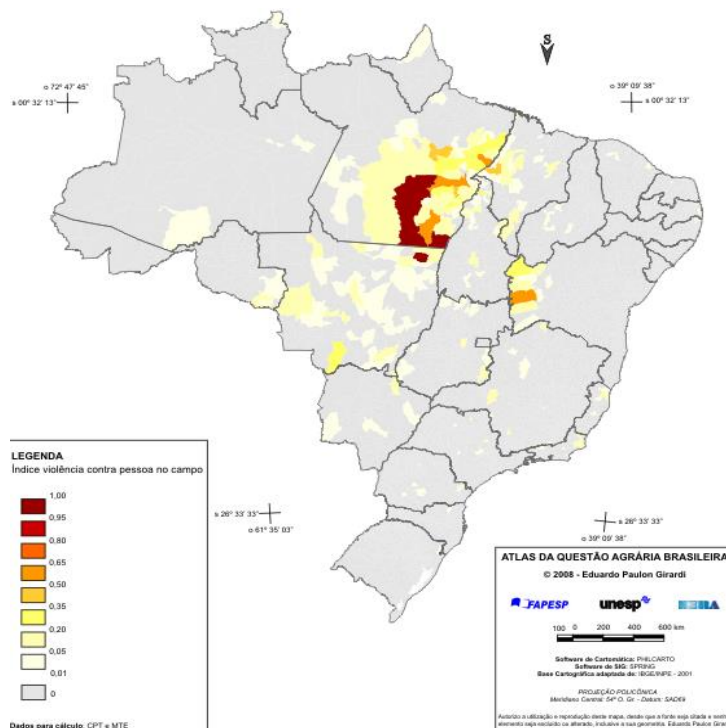
A violência pode ser direta ou indireta, ativa ou passiva. A violência direta é a violência física empregada contra a pessoa, contra a ocupação e contra a posse camponesa. Ela pode ser deflagrada por particulares ou pelo Estado e constitui principalmente em assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, despejos da terra, expulsões da terra e outras formas que causem danos físicos ou psicológicos aos trabalhadores rurais e camponeses ou a seus bens. As tentativas de assassinato, ameaças de morte e expulsões da terra são formas de violência privada contra os camponeses. Na violência direta e ativa o Estado age principalmente com os despejos judiciais e com o uso da força policial no cumprimento de ordens de despejo e na dissipação de manifestações, o que tem como consequência mortes e ferimentos. A forma passiva da violência direta ocorre com a omissão do Estado em relação à violência direta praticada por particulares contra os camponeses. A violência indireta é uma prática simultânea do Estado, fazendeiros e empresários. A ação política é a principal forma de execução dessa violência (GIRARDI, 2008, p. 293).

Girardi (2008, p. 308) elaborou um mapa (Figura 1) demonstrando o índice de violência contra a pessoa no campo em todo o Brasil, levando em consideração os dados referentes ao “número de assassinatos, tentativas de assassinatos, ameaças de morte e a média entre o número de trabalhadores escravizados libertados pelo MTE e o número de trabalhadores escravizados em denúncias à CPT”. A imagem nos mostra que a região do sudeste do Pará e o oeste da Bahia, entre 1996 e 2006, apresentavam os maiores índices de violência contra os moradores rurais,

caracterizando a região com o maior índice de omissão do Estado, somado ao problema da questão agrária no Brasil.

Para Girardi (2008, p. 308) o maior número ocorrências no estado do Pará e da Bahia é caracterizada por uma situação de omissão do Estado. Ainda segundo o autor, podemos classificar esta situação como um caso de violência indireta, pois a omissão do poder público para os crimes e ocorrências relatadas contribui para a perpetuação da criminalidade e violência no local, sendo este a face mais perversa da omissão do estado.

Figura 1: Índice de violência contra a pessoa no campo



Fonte: (GIRARDI, 2008).

A criminalidade e a violência no campo podem ter variadas motivações, geralmente perpassando os conflitos agrários, que segundo Maniglia (2005, p. 05) têm origem na formação histórica do Brasil e nas consequentes políticas fundiárias que persistem em preservar a maior parte da terra na mão de poucos. Dessa forma, o trabalho investigativo é fundamental para fornecer os dados necessários ao diagnóstico de cada caso, identificando se os problemas

relatados abrangem crimes de roubos, furtos, homicídios ou disputas entre proprietários, posseiros e movimentos sociais..

Segundo Girardi (2008, p. 308), é na região nordeste que foram relatados os maiores casos de disputas de terra no país (Figura 2). A dificuldade de as autoridades realizarem as operações ainda são grandes, pois há grandes proprietários de terras que conseguem interferir nas operações militares nos locais de ocorrência, dificultando ainda mais as investigações policiais. O autor ainda informa que, além de sofrerem violência direta contra a pessoa, os camponeses também sofrem violência contra as ocupações de terra, contra suas posses e seus bens.

Nesse conjunto de violências, em 2006 a CPT registrou 1.212 ocorrências que totalizaram 1.809 famílias expulsas da terra, 19.449 despejadas da terra, 12.394 ameaçadas de expulsão, 16.389 ameaçadas de despejo, 5.222 casas destruídas, 2.363 roças destruídas e 4.165 bens destruídos. (GIRARDI, 2008, p. 296)

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975, vem acompanhando os conflitos e a violência no campo e assim realizando sistematicamente a contagem dos dados para posteriormente serem publicados em sua atual revista intitulada “Conflitos no Campo Brasil”. Nela se pode ver que a criminalidade envolvendo o campo não está ligada somente a roubos e furtos, mas também por conflitos de terra, água, trabalhistas, entre outros que não entraram para a sistematização dos dados, como “casos de violência, inclusive assassinatos, que acontecem no âmbito rural e não tenham relação com conflitos pela disputa, posse, uso ou ocupação da terra, ou pelo acesso ou uso da água, ou na defesa de direitos trabalhistas” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2017, p. 16).

Figura 2: Violência contra camponeses e trabalhadores rurais entre 1986-2006



Fonte: (GIRARDI, 2008)

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), no ano de 2016, registrou 61 casos de homicídios no Brasil, sendo uma média de 5 assassinatos por mês (Tabela 1). A região Norte e Nordeste do país somam juntas 54 casos dos 61 registrados. O número de presos em conflitos no campo também teve um aumento em 2016. Foram registradas 228 prisões contra 80 casos registrados no ano de 2015. Um aumento de 185%, dos quais 184 foram registradas somente na região norte do país, sendo mais de 80% do total (MITIDIERO JUNIOR, 2017, p. 09).

Tabela 1: Quadro de violência contra a pessoa no campo em 2016

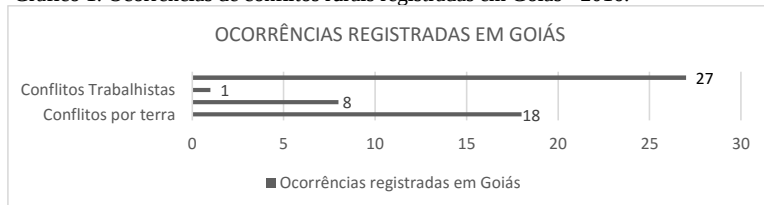
UF	Número de ocorrências	Famílias	Área	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Ameaçadas de despejo	Tentativa ou ameaça de expulsão	Casas destruídas	Rochas destruídas	Bens destruídos	Pistolagem
Centro-oeste											
DF	2	325	306								
GO	18	4.348	6.523			1.020	1.275				1
MS	56	3.314	32.098	50	249	1.370	600	239		209	570
MT	70	7.331	3.252.864	165	775	895	262	134	120	105	272
sub-total:	146	15.318	3.291.791	215	2.044	3.540	862	373	120	314	843
Nordeste											
AL	12	3.717	13.980	-	146	3.518	96	486	479	1	96
BA	132	16.934	517.996	23	2.186	3.006	3.001	-	-	523	1.000
CE	6	1.063	5.436	-	-	-	-	202	180	-	-
MA	180	18.396	1.419.869	12	-	6.364	5.214	-	-	148	2.470
PB	14	2.952	13.704	15	5	152	-	3	490	10	36
PE	50	4.147	21.843	1	634	298	2.303	10	-	62	2.188
PI	34	1.434	19.323	-	-	62	547	-	-	17	-
RN	2	300	-	-	-	150	-	-	-	-	-
SE	1	80	-	-	-	-	-	-	-	-	-
subtotal	431	49.023	2.012.151	51	2.971	13.550	11.161	701	1.149	761	5.790
Norte											
AC	82	5.978	452.622	177	775	1.273	1.786	740	489	400	524
AM	32	8.167	3.319.196	-	1	851	1.314	35	2	11	1.589
AP	47	1.919	220.446	19	-	427	224	4	34	-	-
PA	116	18.419	12.409.782	458	1.123	1.635	1.153	850	1.882	391	4.215
RO	162	8.109	1.636.734	220	1.053	3.588	1.546	755	300	366	1.266
RR	11	1.488	9.400	12	93	-	1	26	25	25	28
TO	99	4.885	89.575	147	528	1.098	653	232	80	433	990
subtotal	549	48.965	18.137.755	1.033	3.573	8.872	6.677	2.642	2.812	1.626	8.612
Sudeste											
ES	5	1.020	1.708	-	-	300	-	-	-	-	-
MG	47	3.141	108.558	223	364	602	214	103	330	170	182
RJ	3	213	-	-	-	190	23	-	-	-	213
SP	60	7.410	10.566	610	2.020	1.020	29	-	200	200	300
subtotal	115	11.784	120.832	833	2.384	2.112	266	103	530	370	695
Sul											
PR	18	7.744	48.712	7	1.730	2.300	1.500	7	-	-	1.507
RS	17	1.920	28.015	-	87	570	40	-	-	-	-
SC	19	2.593	57.763	500	40	334	500	-	-	-	-
subtotal	54	12.257	134.490	507	1.857	3.204	2.040	7	-	-	1.507

Fonte: (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2017)

A compilação dos dados da CPT (Gráfico 1) para o ano de 2016, mostra que no estado de Goiás o maior índice de ocorrência rural registrada refere-se violência contra a pessoa, onde são incluídos registros de “assassinatos, as tentativas de assassinato, os mortos em consequência de conflitos, os ameaçados de morte, bem como os torturados, presos e agredidos” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2017, p. 20). Posteriormente o maior índice de

registros são registrados por conflitos de terra, seguidos por conflitos de água e conflitos trabalhistas.

Gráfico 1: Ocorrências de conflitos rurais registradas em Goiás - 2016.



Fonte: (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2017).

Segundo a CPT, entre os anos de 1992-2006, o maior número de casos de assassinatos no Brasil ligados aos conflitos havia sido em 2003, com 73 casos registrados. O ano de 2016 teve o registro de maior número de ocorrências e homicídios, desde então. Boof (2016, p. 30) expressa que, além da impunidade dos crimes devido as longas distâncias e muitos casos de coligação entre latifundiários, delegados e policiais, o avanço da criminalidade tem também reflexo na situação política do país.

2016 foi o ano mais violento destes últimos dez anos. E isso se inscreve no quadro da grave crise política que se abate sobre nosso país. Aproveitando-se da mesma, o latifúndio e o agronegócio sentiram-se livres para atuar. O número de 61 assassinatos o atesta. Número maior, em 2003, quando foram registradas 73 vítimas. [...]. Considerando os dados levantados pela CPT diria que nos encontramos num ambiente de guerra civil no campo, com insegurança, ameaças, espancamentos, ciladas, perseguições, invasão e destruição de pequenas propriedades (deixar que bois entrem nos roçados) e muitos assassinatos (BOFF, 2016, p. 30).

Vale ressaltar que a sistematização dos dados da revista é agrupada por conflitos de terra, conflitos trabalhistas, pela água e entre outros (Tabela 2). Sendo assim a atenção para as ocorrências de criminalidade envolvendo estes tipos de conflitos devem ser analisados assim como os casos de roubo, furtos e violência que também tem aumentado no campo.

Segundo Maniglia (2005, p. 12), no campo há ainda o crescimento do narcotráfico rural, com a crescente produção, distribuição, consumo e lavagem de dinheiro, sendo um modelo de crime cometido por oprimidos contra oprimidos.

O narcotráfico opera como parte do agronegócio, estando na esfera do ilícito. A maconha faz parte das plantações e a cocaína integra a rota do tráfico gerando “opções de emprego para quem passa fome”. Os trabalhadores rurais tornam-se reféns dessas alternativas, em função do vácuo do Estado. Trabalham nas lavouras por falta de opção de emprego acostumam com a droga passam inclusive a usá-la, e, entram na marginalidade sempre como vilões enquanto seus patrões ficam na clandestinidade acobertados pelo sistema montado pelo crime organizado (MANIAGLIA, 2005, p.12).

Tabela 2: Conflitos no campo no Brasil: 2007-2016

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
CONFLITOS POR TERRA										
Ocorrências	615	459	528	638	805	816	763	793	771	1.079
Ocupações/retomadas	364	252	290	180	200	238	230	205	200	194
Acampamentos	48	40	36	35	30	13	14	20	27	22
TOTAL	1.027	751	854	853	1.035	1.067	1.007	1.018	998	1.295
Assassinatos	25	27	25	30	29	34	29	36	47	58
Pessoas envolvidas	612.000	354.255	415.290	351.935	458.675	460.565	435.075	600.240	603.290	686.735
hectares	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019
CONFLITOS TRABALHISTAS										
1. Trabalho escravo	265	280	240	204	230	168	141	131	80	68
Assassinatos	1	1	-	1	-	-	1	-	-	-
Pessoas envolvidas	8.653	6.997	6.231	4.163	3.929	2.952	1.716	2.493	1.760	751
2. Superexploração	151	93	45	38	30	14	13	10	4	1
Assassinatos	-	-	-	1	-	-	2	-	1	1
Pessoas envolvidas	7.293	5.388	4.813	1.643	466	73	142	294	102	2
TOTAL	416	373	285	242	260	182	154	141	84	69
CONFLITOS PELA ÁGUA										
Número de conflitos	87	46	75	87	68	79	93	127	135	172
Assassinatos	2	-	1	2	-	2	2	-	2	2
Pessoas envolvidas	163.735	135.780	201.675	197.210	137.855	158.920	134.835	214.075	211.685	222.355
OUTROS										
Número de conflitos	8	-	-	4	-	36	12	-	-	-
Assassinatos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoas envolvidas	3.660	-	-	4.450	-	26.005	1.350	-	-	-
TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO BRASIL										
Número de conflitos	1.538	1.170	1.184	1.186	1.363	1.364	1.266	1.286	1.217	1.536
Assassinatos	28	28	26	34	29	36	34	36	50	61
Pessoas envolvidas	795.341	502.390	628.009	559.401	600.925	648.515	573.118	817.102	816.837	909.843
hectares	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.321.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019

Fonte: (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2017).

A pesquisadora destaca ainda o agravamento dos crimes ambientais no Brasil. Eles são compostos pelo desmatamento ilegal de florestas para exploração de madeira, exploração de áreas protegidas e a destruição e exploração da fauna, onde muitas vezes estes crimes estão diretamente ligados ao trabalho escravo.

Segundo o jornal O Popular, do estado de Goiás, os canaviais e as pistas rurais inserem o estado na rota do tráfico de drogas, pois as plantações tornam mais difíceis as localizações das aeronaves carregadas de cocaína que passam pelo estado. O tráfico nacional e internacional faz com que as rotas da região Sul e Sudoeste do estado de Goiás sejam as mais procuradas, justamente por conterem pista de pouso para pulverização agrícola e canaviais que dificultam o avistamento das aeronaves. A cidade de Jataí acaba sendo a mais procurada por haver rodovias federais e estaduais que cortam a cidade (Figura 3). Assim, as drogas saem do Paraguai e da

Bolívia até chegar em Jataí para serem distribuídas para outras partes do país, conforme a imagem abaixo (TEÓFILO, 2017).

Figura 3: O caminho da droga.



Fonte: (TEÓFILO, 2017)

Visto as diferentes formas dos crimes que permeiam o meio rural, as estratégias militares devem ser pautadas de acordo com as ocorrências e as necessidades locais de cada situação. Deste modo torna-se necessário a investigação e a participação popular para que as ocorrências sejam tratadas e investigadas de acordo com cada especificidade. As estratégias militares devem ser desenvolvidas e condicionadas para que a eficácia das operações seja obtida com sucesso, levando segurança e apoio aos proprietários e trabalhadores rurais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Boff (2016), a saída natural e legal para resolver os problemas de conflitos de terra no campo seria com a implementação da reforma agrária, processo que tem sido

dificultado pelo impedimento da bancada dos latifundiários e do agronegócio no Congresso Nacional.

O autor ainda comenta que vários são os movimentos que reivindicam a reforma agrária, tais como o Movimento dos Posseiros, dos Sem-Terra, dos Atingidos por Barragens, dos Indígenas entre outros.

A reforma agrária vai além da distribuição de terras. Ela implica um programa de fortalecimento da agricultura familiar, orgânica e ecológica e dos assentamentos de reforma agrária; uma política de promoção de uma nova matriz científica e tecnológica; educação para o meio rural; uma política pública de crédito rural; associativismo e cooperativismo; rede de proteção social; soberania e segurança alimentar e especialmente desenvolver o bio-regionalismo aproveitando os bens e serviços de cada região, a fim de se garantir a sustentabilidade das populações aí residentes; por fim, a cultura e o lazer que conferem plenitude à vida (BOFF, 2016, p. 31).

Dessa forma, é um desafio para as forças de segurança pública compreender os diversos arranjos sociais que permeiam o campo, uma vez que aquilo que pode parecer um caso policial e criminal rotineiro, por vezes, é fruto de uma (re)construção social e política, fruto da democracia.

Ainda assim, é fato que o crime avança sobre o campo brasileiro e mais do que combatê-lo, é preciso identificá-lo e preveni-lo. Sendo assim, tratando-se de novas tecnologias e estratégias ao combate à violência e a criminalidade no campo, encontramos novos procedimentos de abrangência nacional e regional. No estado de Goiás, encontramos alternativas que fazem uso das novas tecnologias de informação que incorporadas ao combate à criminalidade rural tem conseguido bons resultados, como a Patrulha Rural Georreferenciada, que se tornou um método eficaz para repelir a criminalidade no campo.

3.1 Policiamento Ostensivo

Segundo Ribeiro e Lima (2011), o policiamento ostensivo é a ação de manter o monitoramento de uma determinada região através de uma certa frequência continuada, fazendo com que o atendimento à comunidade necessitada seja eficaz através da fiscalização uniformizada e frequente.

O policiamento frequente e visível, em todas as horas e em todos os bairros de uma cidade, cria uma impressão de onipresença e onipotência. A reputação de que o policiamento ostensivo atende as ocorrências criminosas com rapidez e segurança, corre de boca em boca, através da imprensa falada, escrita e televisionada, e o futuro delinquente e contraventor se convence, sem necessidade de experiência pessoal, de que o serviço de policiamento não falha (RIBEIRO e LIMA, 2011, p. 13).

O policiamento ostensivo visa garantir a segurança dos cidadãos de forma contínua, sendo que a fiscalização, juntamente com a boa comunicação entre a polícia e os cidadãos, tornou-se crucial para prevenir crimes, em especial pela atuação dinâmica propiciada pelo uso de aparelhos eletrônicos que possibilitassem atender as ocorrências com agilidade. Segundo o pesquisador, essa estratégia reduz de maneira considerável os casos de infrações nos locais, pois garante segurança ao local com a participação policial frequente nas ruas. (RIBEIRO e LIMA, 2011, p. 13).

Essa é uma estratégia interessante para a atuação policial no meio rural, pois sabe-se que a fiscalização e o policiamento no campo ainda são escassos, se comparado com o meio urbano. Para Boff (2016, p. 30) as grandes distâncias entre as unidades rurais contribuem para a impunidade nos crimes nas zonas rurais, mas fatores como a baixa disponibilidade de viaturas para tal fiscalização, entre outras, contribuem para que a fiscalização militar no meio rural também seja reduzida.

O uso do policiamento ostensivo no meio rural, somado ao uso dos meios de comunicação que permitam contato em tempo real, tais como radiopatrulha e mensagens, garantem a eficácia desta estratégia e assim contribuem para a redução da criminalidade no campo. Vale ressaltar que a participação popular nesta atividade é importante, pois o acompanhamento da sociedade local ajuda a aprimorar um maior planejamento estratégico nas regiões que mais necessitam do apoio militar.

Segundo Ribeiro e Lima (2011, p. 22), o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) também são fundamentais para que o policiamento ostensivo seja eficaz, tais como helicópteros, viaturas, radiopatrulhas, celulares, internet, telefonia fixa e outros mais.

Assim, o que se nota é que a tecnologia da informação não está restrita apenas aos programas, equipamentos e comunicação de dados, pois também envolve aspectos ligados ao aperfeiçoamento e funcionalidade da PMGO, viabilizando o desenvolvimento dos recursos humanos em diversas áreas, como no planejamento, no desenvolvimento de sistemas, suporte de softwares e hardwares, bem como na elaboração de estratégias voltadas para operações de rua para o combate ao crime (RIBEIRO E LIMA, 2011, p.17).

Segundo Ribeiro e Lima (2011, p. 32), o trabalho da PMGO passou a dar um enfoque maior na ação policial mais humanizada, tendo um maior posicionamento estratégico para atender a sociedade local, obedecendo os padrões éticos, estratégicos e operacionais. Para o autor, o grande destaque da PMGO foi a instalação de *netbooks* nas viaturas, garantindo uma melhor operação através de uma comunicação mais dinâmica entre os policiais no combate ao crime. Desta forma, fica claro a viabilidade para o implemento organizado da TIC no trabalho

diário da Polícia Militar, pois está diretamente ligada à cooperação entre a fiscalização militar e a sociedade em geral para que o resultado seja cada vez melhor.

3.2 Instrumentos à serviço da segurança no meio rural

a. Observatório da Criminalidade no Campo

De acordo com a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA, 2017), “foram a falta de transparência, de interesse nas investigações criminais e de dados concretos” sobre o avanço da criminalidade no campo que levaram a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil a criar o Observatório da Criminalidade no Campo, através do Instituto CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. O observatório da Criminalidade no Campo visa o levantamento dos dados de ocorrências ocorridas a fim de posteriormente gerar um mapa da criminalidade em todo o Brasil. (SNA, 2017)

Segundo a SNA (2017), A intenção da ferramenta é traçar o perfil e o padrão dos tipos de crimes que ocorrem nas áreas rurais do Brasil. O preenchimento do formulário virtual no site da organização permitirá a divulgação dos dados para as autoridades locais, sendo mantidas em sigilo para a sociedade em geral, e assim o mapa da criminalidade será gerado.

A participação dos residentes e produtores rurais para com a ferramenta torna-se de suma importância para garantir que o registro dos crimes e ocorrências sejam feitas de maneira verídica e correta, para que posteriormente as ações de prevenção e combate sejam garantidas.

Para que as estratégias militares possam ser executadas com sucesso, é necessário conhecer também a realidade local de cada caso específico, com o fim de levar a melhor estratégia possível para as regiões que dela necessitam.

As políticas exercidas no contexto governamental viabilizam o ambiente para uma política pública, que surgem a partir dos procedimentos, influências e organizações envolvidas nesse processo. A política pública deve observar o local onde o problema se apresenta, as pessoas afetadas e as alterações que o referido problema provoca. É fundamental conhecer o problema, para melhor gerir e encontrar soluções mais adequadas e um resultado positivo. Portanto, o problema está diretamente ligado à determinada situação concreta advinda da realidade social e derivadas de demandas políticas e sociais, de necessidades identificadas, de juízos de valor sobre certa realidade e de compromissos políticos assumidos (RIBEIRO e LIMA, 2011, p.16).

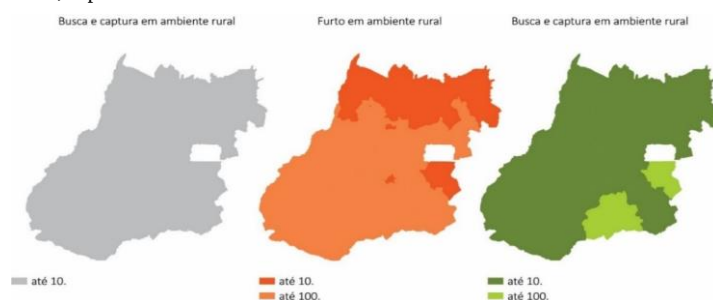
No site é possível preencher os dados de acordo com cada ocorrência registrada: roubo, furto, assassinato, queima, depredação, além de contar com outros dados como a extensão da propriedade, o município em que se encontra, a data do crime e se foi registrado o boletim de

ocorrência. Por se tratar de uma ferramenta nova, a compilação dos dados acerca das ocorrências registradas ainda não foi disponibilizada.

A função da coleta é informar quais propriedades são mais visadas e porquê. Se é devido ao tamanho de sua extensão, pelas atividades produzidas ou pela localização de cada propriedade rural. A partir dos dados obtidos, as informações serão levadas às autoridades para que o planejamento estratégico de acordo com necessidade e ação a ser efetuada seja garantido a eficácia de cada operação (SNA, 2017).

Em seu *site* oficial, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (SSPGO) (2018) utiliza um mapeamento semelhante ao Observatório da Criminalidade no Campo, denominado Painel de Ocorrências. Deste modo o resultado do mapeamento das ocorrências da criminalidade em meio rural nos ajuda a ver quais os municípios que mais precisam de maior atuação policial (Figura 4). Apesar do *site* não contar com todo o tipo de violência e criminalidade no campo necessário para um diagnóstico maior, as informações encontradas são pertinentes e divididas em: busca, captura e furto, conforme a figura abaixo.

Figura 4: Busca, captura e furtos em Goiás – ambiente rural - 2017



Fonte: (SSPGO, 2018)

A importância do diagnóstico se mostra a partir da coleta dos resultados a fim de levantar as áreas que necessitam de maior apoio policial. O Observatório da Criminalidade no Campo atuará do mesmo modo em que a SSP-GO atua, oferecendo às autoridades quais as localidades e os tipos de delitos cometidos para posteriormente serem efetuadas as operações com a estratégia necessária.

b. Patrulha Rural Georreferenciada

A Patrulha Rural Georreferenciada é uma nova alternativa para aumentar a fiscalização nas áreas rurais do estado de Goiás. É uma ação estratégica desenvolvida entre a Secretaria de

Segurança Pública e Administração Penitenciária (SSPAP), em conjunto com a Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural em Goiás (SENAR-GO). Contou também com a participação dos sindicatos rurais. (PEREIRA, 2017)

Segundo Reis (2017), a estratégia consiste em um conjunto de ações para mapear todas as propriedades rurais com objetivo de combater os crimes praticados naqueles locais, como roubos e furtos. Além de contar com viaturas especializadas, realizando patrulhamento em rotas pré-determinadas, a medida atua com tecnologia GPS, notebook, celular, drones e um sistema de cadastramento, onde juntos são eficazes ao dar uma resposta mais rápida para as novas ocorrências nas regiões afetadas. O uso do GPS se torna ágil, pois no caso de alguma ocorrência e/ou emergência a propriedade registrada informará à polícia o seu número de cadastro e a PM já contará com seu banco de dados, incluindo a rota necessária para chegar na unidade solicitada.

A Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (SSP), informa que além do mapeamento das unidades, a ferramenta possibilitará um inventário dos bens das propriedades cadastradas, tais como máquinas agrícolas, veículos e gado, facilitando a recuperação de cada item que for furtado nas propriedades. O cadastramento é feito através das coordenadas do local, onde cada unidade receberá um número de identificação em seu acesso, deixando visível a todos que a unidade está sendo monitorada pela patrulha militar. (REIS, 2017)

Desenvolvida inicialmente na cidade de Catalão, no interior de Goiás, a medida já foi apresentada pela Polícia Militar do Estado para mais de 50 prefeitos, mas já está atuando em 15 municípios do Estado. A meta prevista é alcançar 59 regiões prioritárias até o final de 2018. Segundo Telles (2017), Catalão, que foi a primeira cidade a implantar o método, avaliou uma melhora de 95% dos crimes praticados nas zonas rurais da cidade.

A medida conta também com a distribuição da Cartilha Segurança Rural para os que residem ou trabalham no campo. Nela contém informações referente aos cuidados pessoais a serem tomados para manter a tranquilidade no campo, como dificultar o roubo de gado, residências rurais, veículos e máquinas agrícolas, defensivos e insumos agrícolas, além de como acionar as autoridades sobre um caso suspeito ou violento. Segundo Reis (2017), outra novidade é a criação da “Delegacia de Crimes Rurais e de Divisas, a partir do Grupo de Repressão a Crimes Rurais e de Divisas, da Polícia Civil”, sendo especializada para os crimes cometidos no meio rural.

Segundo informa o Canal Rural (2018), um estudo feito pela Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil demonstra que cerca de 34% dos crimes cometidos no meio

rural referem-se a furto de animais e pós um ano da implantação da Patrulha Rural os índices de ocorrências de roubo caíram 60%, demonstrando assim a efetividade do novo programa.

c. A especialização policial: delegacias com finalidades específicas.

A criação das delegacias especializadas tornou-se importantes instrumentos para o aprimoramento da fiscalização e combates a crimes no país. Dentre as especializações instauradas, a Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (DEMA), vinculada à Polícia Especializada da Polícia Civil, foi criada em 1988 pela sanção da lei federal nº 9.605/98 com o intuito de fiscalizar e reprimir os crimes ambientais que tem por finalidade lesar o meio-ambiente (SEGUP, 2018). A implantação da DEMA nos estados brasileiros tem colaborado para a prevenção e ao combate dos crimes ambientais no campo, tais como, tráfico de animais silvestres, proteção às nascentes hídricas, o desvio indevido das águas dos rios, etc. No estado do Pará, a DEMA através de sua reorganização estrutural criou quatro novas delegacias especializadas onde cada uma conta com suas especificidades: Delegacia de Repressão a Crimes Contra Fauna e Flora; Delegacia de Repressão a Crimes Contra Ordenamento Urbano e Patrimônio Cultural; Delegacia de Repressão à Poluição e outros Crimes Ambientais e Delegacia de Conflitos Agrários (SEGUP, 2018).

Em Goiás, além da DEMA atuando no estado, a Polícia Civil criou Grupo de Repressão a Crimes Rurais e de Divisas. Contando com uma delegacia especializada com sede em Goiânia, o grupo militar terá a função de “investigar quadrilhas e bandos que estão agindo nas propriedades rurais, bem como para identificar e prender quadrilhas que estão entrando em Goiás, oriundas de outros Estados”. O grupo contará também com uma Delegacia Móvel, tendo a função de se deslocar e realizar os procedimentos policiais nos locais de ocorrências e prisões e assim evitará o deslocamento dos presos para as delegacias policiais (FERREIRA, 2012).

d) O Botão do Pânico: a repressão da violência contra a mulher e a possibilidade de adoção da medida para o combate a criminalidade no campo.

Após a coleta e análise dos dados acerca do Botão do Pânico, ferramenta implantada inicialmente na cidade de Vitória (ES) para a repressão da violência contra a mulher, este trabalho entende que a mesma estratégia poderia ser utilizada para a prevenção e a agilidade nas ocorrências de criminalidade e violência na zona rural. Segundo Arruda (2015), A Secretaria Municipal de Segurança Urbana, na cidade de Vitória, registrou em 2015 um total de 23 atendimentos. O dispositivo foi concedido à 62 mulheres vítimas de violência doméstica pela 1ª Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

O projeto foi desenvolvido a partir da parceria entre o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) e o Instituto Nacional de Tecnologia Preventiva (INTP). A eficiência da tecnologia fez com que o modelo tornasse referência nacional e assim grandes cidades como São Paulo solicitaram informações acerca da medida sobre o processo de implantação e funcionalidade. Segundo Arruda (2015), foram registrados 23 atendimentos e 11 prisões em flagrantes durante os primeiros dois anos e quatro meses de funcionamento do dispositivo, onde a patrulha levou cerca de 3 a 9 minutos para chegar ao local de ocorrência.

Funcionando como um dispositivo celular, apesar de não fazer ligação, a tecnologia auxilia as mulheres oferecendo tecnologia GPS. Quando o agressor volta a se aproximar das mulheres que usam o aparelho, o botão emite um comunicado em tempo real para as autoridades avisando que o agressor se aproximou novamente das vítimas. Assim a polícia saberá agir com rapidez e a tecnologia indicará a localização exata das mulheres que necessitam da ajuda. O dispositivo ainda conta com a gravação do ambiente para que o mesmo sirva como prova contra os agressores. Segundo Rodrigues (2016) após a implantação do dispositivo em Vitória, no ano de 2013, foram evitadas 12 mortes de mulheres por violência doméstica.

Funcionando de maneira semelhante, utilização da tecnologia para os moradores do campo seria de grande ajuda, pois vai de encontro aos problemas encontrados no meio rural. Devido as grandes distâncias existentes entre as unidades rurais, o dispositivo funcionaria muito bem, avisando às autoridades quando os produtores e moradores necessitarem de apoio. Ao receber um pedido de socorro, o policiamento rural saberia da ocorrência em tempo real e a localização exata da propriedade e assim a agilidade no combate seria muito maior para que a identificação e a apreensão dos agressores sejam efetuadas.

A estratégia funcionaria também para a diminuição da criminalidade no campo, uma vez que, a medida afastaria os agressores, sendo uma ferramenta eficaz no combate aos conflitos existentes no campo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o apanhado de informações expressos anteriormente, os dados da Comissão Pastoral da Terra (2016) mostraram que o número de ocorrências criminais na zona rural teve um aumento de 615 para 1.079, entre o ano de 2007 a 2016. Esses são dados preocupantes, que servem de alerta à segurança pública, exigindo um olhar atento à essa

realidade. Mediante tais questões, apesar do crescente aumento da violência e criminalidade rural no Brasil, percebe-se que medidas têm sido executadas com o fim de combater e frear os problemas criminais no campo e, assim, garantir a tranquilidade e harmonia no meio rural.

Para que o sentimento de segurança volte à zona rural, é necessário, antes de tudo, conhecer cada região e quais os tipos de crimes e ocorrências que existem em seu meio, de modo a possibilitar que estratégias sejam traçadas para enfrentar, prevenir e compreender os problemas existentes. Sendo assim, para um resultado eficaz, a etapa estratégica inicial se faz com o diagnóstico da área, através da coleta sistemática de dados que tracem os perfis problemáticos existentes em cada região. Posteriormente, as ações da segurança pública serão tomadas de acordo com a necessidade de cada caso.

A preocupação com a segurança pública nas áreas rurais do Brasil não é novidade e levaram a administração pública a adotar medidas estratégicas contra o avanço da criminalidade rural, tais como o Observatório da Criminalidade no Campo, que tem a finalidade de levantar dados e diagnosticar os tipos de violência e crime no país. Outro exemplo são as criações das Delegacias de Proteção ao Meio Ambiente também, com a função de proteger a fauna e a flora brasileira ou da Patrulha Rural Georreferenciada e do Policiamento Ostensivo, que, em Goiás, têm reduzido o número de ocorrências e minimizado a insegurança rural.

Além das estratégias existentes, sugere-se que novas ferramentas podem também ser estudadas e implantadas nas zonas rurais em todo o país, a exemplo do “Botão do Pânico”, existente na cidade de Vitória, hodiernamente utilizado para casos de violência doméstica contra a mulher. Tal ferramenta garantiria respostas rápidas e maior segurança aos moradores e trabalhadores rurais, visto que, teria a finalidade de identificar ocorrências em tempo real e assim as forças de segurança conseguiriam agir com rapidez e de forma eficaz.

É necessário também conceder maior informação a quem vive e trabalha no campo, levando aos moradores maiores informações e conhecimento das novas estratégias e ferramentas de segurança pública existentes ao combate à criminalidade no campo. Com o envolvimento da população rural nas estratégias policiais, garante-se maior eficácia nas operações.

Assim sendo, as discussões realizadas ao longo do trabalho visam demonstrar o panorama dos métodos contra o avanço da criminalidade rural no país e fornecer elementos para as suas discussões. Sugere-se, assim, que novos estudos sejam realizados e novas ferramentas sejam implantadas, em especial aquelas que envolvem o uso de tecnologias e a integração com a população rural.

REFERÊNCIAS

ALVES, Sabrina. Reféns do Campo. **Revista Pecuária**, Uberaba, 2014.

ARRUDA, Patrícia. **Botão do Pânico: projeto de Vitória é referência no País**. Prefeitura de Vitória, ES, 2015. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/noticia/botao-do-panico-projeto-de-vitoria-e-referencia-no-pais-18745>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

BATISTA, Analía Soria et al. Metropolização, homicídios e segurança pública na área metropolitana de Brasília: o município de Águas Lindas de Goiás. **Soc. Estado**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 433-457, ago. 2016.

BOFF, Leonardo. Conflitos no campo, suas causas e suas possíveis saídas. In: **Conflitos no Campo Brasil 2016**. Goiânia: CPT/Expressão Popular, 2017.

CANAL RURAL. **Abigeano responde por 34% dos crimes no campo**. Canal Rural, São Paulo, 2018. Disponível em: <www.canalrural.com.br/noticias/pecuaria/abigeano-responde-por-dos-crimes-campo-71018> Acesso em: 20 jan. 2018

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2016**. Goiânia: CPT/Expressão Popular, 2017.

DEMA. Delegacia Especializada em Meio Ambiente. **Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP**, Pará, 2018. Disponível em: <<http://www.segup.pa.gov.br/node/219>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

FARIAS, Fernanda. **Aumento de assaltos no campo assusta produtores**. Canal Rural, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/noticias/rural-noticias/aumento-assaltos-campo-assusta-produtores-60858>>. Acesso em: 05 fev. 2018

FERREIRA, Norton Luiz. **Polícia Civil cria o Grupo de Repressão a Crimes Rurais e de Divisas e entrega Delegacia Móvel**. Polícia Civil do Estado de Goiás, Goiânia, 2012. Disponível em: <<http://www.policiacivil.go.gov.br/noticias/policia-civil-cria-grupo-de-repressao-a-crimes-rurais-e-de-divisas-e-entrega-van-que-atuara-como-delegacia-movel-2.html>> Acesso em: 10 fev. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, Atlas, 2010.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. Tese (Doutorado em Geografia) - UNESP/FCT, Presidente Prudente, 2008.

GONÇALVES, José Sidnei. **Segurança rural, aumento do custo Brasil e violência no campo**. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Instituto de Economia Agrícola (IEA), São Paulo, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MANIGLIA, Elisabete. **Criminalidade e violência no âmbito rural: críticas e reflexões**. 17f. Universidade Estadual Paulista. Franca: 2005. Disponível em: <<http://www.saoluis.br/revistajuridica/arquivos/012.pdf>>. Acesso em 22 jan. 2018.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. Violência no campo brasileiro em tempos de golpe. **Boletim DataLuta**, v. 114, p. 1-25, 2017.

NEIS, Camila. **Fatores da Criminalidade: Um estudo sobre a influência dos fatores sociais na prática de infrações penais**. Universidade do Vale do Itajaí. Biguaçu, SC, 2008.

NETO, Ataíde Alves Ferreira *et al.* Software de geoprocessamento para segurança pública na zona rural de Machado - MG. In: **Revista Eletrônica Científica de Ciência da Computação**. v. 8, n. 1, 2013. ISSN: 2236-3890.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo**. Tese (Doutorado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

PEREIRA, Nayara. **Modelo de patrulha rural Georreferenciada é lançado pela Faeg**. Sistema FAEG, Goiânia, 2017. Disponível em: <<http://sistemafaeg.com.br/comunicacao/newsletter/listid-76/mailid-1184-modelo-de-patrulha-rural-georreferenciada-e-lancado-pela-faeg?tmpl=component>>. Acesso em 22 jan. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter *et al.* Os Cerrados e os Fronts do Agronegócio no Brasil. **Conflitos No Campo Brasil**, v. 2017, p. 74-85, 2017.

REIS, Rui. **Patrulha rural georreferenciada, a nova arma para segurança no campo**. Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás – SSP. Goiânia: 2017. Disponível em: <<http://www.ssp.go.gov.br/destaques/patrulha-rural-georreferenciada-a-nova-arma-para-seguranca-no-campo.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

RIBEIRO, Mauro Douglas; LIMA, João Luís Alves de. **O uso das tecnologias da informação e comunicação no serviço operacional da Polícia Militar de Goiás**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2011.

RODRIGUES, Silvia. **Botão do pânico é tecnologia aliada de mulheres vítimas de violência**. Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Brasília: 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83734-botao-do-panico-e-tecnologia-aliada-de-mulheres-vitimas-de-violencia>> Acesso em: 03 fev. 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Geélisson Ferreira da. Considerações sobre criminalidade: marginalização, medo e mitos no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo, Ano 05, Edição 08 fev/mar 2011.

SNA. Sociedade Nacional de Agricultura. **Observatório da Criminalidade no Campo irá traçar mapa da violência no meio rural**. Rio de Janeiro: Sociedade Nacional de Agricultura, 2017.

SOUZA, Baltazar Donizete de. **O ensino policial e a formação de oficiais na academia de Polícia Militar do Estado de Goiás**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO: 2003.

SSPGO. Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás. Paineis de Ocorrências. Dados estatísticos. 2018. Disponível em: <http://www.ssp.go.gov.br/painelOcorrencias.html>. Acesso em: 01 jul. 2018.

TELLES, Francis. **Patrulha Rural Georreferenciada atua em 15 municípios para a redução da criminalidade**. Goiás Agora, Goiânia, 2017. Disponível em: <http://www.goiasagora.go.gov.br/patrulha-rural-georreferenciada-atua-em-15-municipios-para-a-reducao-da-criminalidade/> Acesso em: 25 jan. 2018

TEÓFILO, Sarah. **Canaviais e pistas rurais inserem Goiás na rota do tráfico**. O Popular. Goiânia, 2017. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/editorias/cidade/canaviais-e-pistas-rurais-inserem-goi%C3%A1s-na-rota-do-tr%C3%A1fico-1.1306082>>. Acesso em: 10 jan. 2018

VIGNA, Edécio. Por que cresce a violência no campo? **Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)**, Brasília, 2012.